

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Donald Torok/Fotos Públicas



“Bomba” de Trump acertou no que não queria

“Bomba” de Trump atingiu no Brasil os alvos errados

O grande problema das “bombas atômicas”, usando a imagem que foi utilizada pelo deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), é que elas, pela enorme amplitude do seu estrago, não são capazes de atingir somente os alvos desejados. No caso da tal “bomba” lançada sobre o Brasil pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o erro de alvo parece ter sido

ainda maior. A “bomba” não atingiu o Supremo Tribunal Federal (STF), onde a ação contra Bolsonaro seguiu incólume. E foi bater profundamente nos setores que até então davam sustentação ao ex-presidente, no empresariado e no agronegócio. A desarrumação provocada foi tão grande que os efeitos no momento não atingem somente a corrida presidencial para 2026.

Estados

A estratégia que vinha sendo montada pela direita na disputa nos estados também sofreu abalo. No papel, ela parecia perfeita: para o Senado, Bolsonaro apoiaria um nome mais radical, identificado com seu grupo e outro nome mais moderado, que ficaria em crédito com ele.

Senado

Com isso, imaginava-se conquistar, então, ampla maioria no Senado. O grupo teria logicamente os mais radicais. E teria também os moderados conservadores, que ficariam em dívida pelo apoio. Caminho certo para aprovar impeachment de ministros do Supremo.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Direita pode se dividir no apoio a Ibaneis

Arranjos não fecham e prejudicam governadores

O problema é que os arranjos não fecham. A coluna Magnavita na segunda (14) apontou para os problemas no Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Problemas que afetam as pretensões de Claudio Castro (PL) e Ibaneis Rocha (MDB). Nenhum dos dois conseguiu ter garantias de Bolsonaro para as suas pretensões pelo Se-

nado. No DF, vislumbra-se a possibilidade de duas chapas da direita. Ibaneis sairia candidato na chapa encabeçada por sua vice-governadora, Celina Leão (PP), para o governo. E outra chapa teria como candidatas ao Senado Michelle Bolsonaro e a deputada Bia Kicis (PL). Em São Paulo, Tarcísio repensa a ideia de reeleição.

Desembarque

No caso de São Paulo, Tarcísio recebeu recados fortes de que, ou se descola de Bolsonaro ou perderá o apoio do empresariado. Diante da confusão, voltou a cogitar, como mostrou Fernando Molica no Correio Bastidores, disputar a reeleição, tarefa bem mais fácil.

Alagoas

O estado de Alagoas é um bom exemplo. A nomeação para o Superior Tribunal de Justiça (STF) de Marluce Caldas, tia do prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, o JHC, faz parte dessa estratégia. JHC deverá deixar o PL e voltar para o PSB, partido ao qual já foi filiado.

Esquerda

Unidade também nunca foi o grande forte da esquerda. Mas a conversa entre o PT e seus aliados tem sido muito em torno de, desta vez, fazer alianças pragmáticas para derrotar a oposição nos estados, ainda que isso venha a significar muitas vezes apoio a conservadores.

Dobradinha

Pode se construir em Alagoas uma chapa com JHC e Renan Calheiros (MDB) para o Senado. E o ministro dos Transportes, Renan Filho, para o governo. E, ainda, uma hipótese mais inusitada: JHC não disputaria, e para o Senado seria Renan e Arthur Lira (PP).

Governo se reúne com setores sobre tarifaço

Decreto que regulamenta Lei de Reciprocidade sai hoje

Valter Campanato/Agência Brasil



Alckmin preside comitê interministerial sobre o tarifaço

Nesta terça-feira (15) o governo federal realiza as primeiras reuniões para discutir estratégias e alternativas para amenizar os efeitos econômicos das tarifas de 50% impostas pelo presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump (republicano), a produtos brasileiros.

Estão agendados dois encontros para hoje: um às 10h com setores da indústria que tenham uma relação mais próxima com o comércio exterior e outro às 14h com representantes do agronegócio. As informações foram divulgadas nesta segunda-feira (14) pelo vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), em entrevista coletiva. As reuniões fazem parte de um comitê interministerial criado para resolver a questão tarifária com os norteamericanos, medida anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no domingo (13).

Reciprocidade

Além disso, o decreto que regulamenta a Lei de Reciprocidade está previsto para ser divulgado no Diário Oficial da União (DOU), nesta terça-feira. “A lei autoriza o Executivo a adotar medidas de proteção do país quando medidas extemporâneas e extraordinárias forem adotadas de forma unilateral por outros países contra o Brasil”, disse o ministro da Casa Civil Rui Costa em conversa com a imprensa, nesta segunda. A lei ainda concede a possibilidade do governo federal adotar ações comerciais em resposta a possíveis medidas unilaterais de blocos econômicos.

O presidente Lula (PT) sancionou o decreto que regulamenta a medida nesta segunda-feira (14). As informações são do UOL. Em conversa com jornalistas, Rui Costa adiantara que a medida não deve ser voltada

exclusivamente aos Estados Unidos. “A denominação ‘reciprocidade’ pode responder de um formato também rápido, se outro país fizer medidas semelhantes a essa que foi anunciada pelos Estados Unidos”, reiterou o ministro.

Comitê

Além do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o comitê interministerial será composto pela Casa Civil, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Fazenda. Segundo Alckmin, que será o coordenador do comitê interministerial, a primeira fase é conversar com o setor privado. Para a primeira reunião desta terça participarão entidades industriais e empresas ligadas ao comércio para os Estados Unidos – dentre elas, avião, aço, alumínio, celulose, máquinas, calçados, sapatos, móveis e autopeças. Já no período da tarde, os ministros se reunirão com representantes do agronegócio que exportam suco de laranja, carnes, frutas, mel, couro e pescado.

Para além dos ministérios centrais ligados ao comitê interministerial, também participaram das primeiras discussões representantes dos Ministérios da Agricultura e Pecuária (Mapa), do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), da Pesca e Aquicultura (MPA) e de Portos e Aeroportos.

Dos EUA

Mas para além de representantes brasileiros, o vice-presidente da República destacou que eles também negociarão com empresas norteamericanas que serão impactadas com as possíveis taxações a partir de 1º de agosto. “É evidente que as empresas americanas também serão atingidas. Então vamos conversar também com as empresas americanas e com as entidades do comércio Brasil-Estados Unidos”, destacou Alckmin.

“O Brasil não tem superávit com os Estados Unidos. Aliás, é o contrário. Dos dez produtos que eles mais exportam, oito [de-

les tem] tarifa zero. Então vamos trabalhar juntos com a iniciativa privada”, ele completou.

Ele usou como exemplo o carvão siderúrgico. O Brasil compra o carvão siderúrgico norteamericano, fabrica aço semiplano e depois vende esse aço de volta aos Estados Unidos, que o utilizam para produzir motores e outros produtos de maior valor agregado. O vice-presidente e ministro da Indústria ainda reiterou que o Brasil vem tentando negociar com autoridades estadunidenses há alguns meses, mas ainda não teve retorno.

Questionado pela imprensa, o vice-presidente negou que o governo federal tenha solicitado uma prorrogação no prazo para a implementação das tarifas, tampouco pediu para reduzir as alíquotas de tributação. “O que nós estamos fazendo é ouvir os setores mais envolvidos para o setor privado também participar e se mobilizar, também com seus congêneres e parceiros nos Estados Unidos”, destacou Alckmin.

Câmara aprova Lei de Incentivo ao Esporte permanente

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

Faltando uma semana para o recesso parlamentar, a partir desta sexta-feira (18), o Congresso Nacional realiza um esforço concentrado para finalizar votações de pautas no poder Legislativo. Nesta segunda-feira (14), o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade (471 votos), o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 234/2024, que torna permanente os incentivos fiscais para projeto esportivos e paracportivos. O texto segue para análise no Senado Federal.

Com a relatoria do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), o projeto garante que pessoas físicas que contribuírem financeiramente, através de doações e patrocínios, com iniciativas desportivas poderão abater até 7% do Imposto de Renda (IR). Empresas também terão dedução, mas estão limitadas a uma redução de 3% (antes era 2%). Atualmente, a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006) também concede dedução do IR como incentivo ao esporte, mas terminava em 2027.

O texto ainda mantém as demais regras atuais sobre prestação de contas, restrições aos doadores e patrocinadores, responsabilidades, divulgação dos dados, infrações e definição de limites pelo Ministério do Esporte.



Votação da Lei de Incentivo ao Esporte foi unânime

Urgência

Os parlamentares aprovaram o regime de urgência da medida (ou seja, permitiu que o projeto fosse votado diretamente no plenário da Casa, sem precisar passar pelas comissões relacionadas a medida) em menos de dois minutos. A velocidade da aprovação da urgência foi uma prévia da votação da medida no plenário da Casa, colocada em pauta pouco após a aprovação da urgência, uma votação sem grandes divergências.

Durante a sessão, foi destacado entre os próprios congressistas que o projeto uniu tanto parlamentares da base quanto da oposição. E, em meio a diversos projetos com ampla divergências ideológicas e financeiras, este foi um dos poucos projetos que de fato teve apoio dos parlamentares.

“Temos o relator [do projeto] de um partido de esquerda e o presidente [da comissão especial sobre o tema] de um partido de direita, demonstrando que o esporte é capaz de unir o Brasil em uma

pauta de convergência”, destacou o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). “Que o Brasil possa cada vez mais avançar em uma agenda onde o esporte possa ser atividade que tire nossos filhos, crianças e jovens de caminhos ligados a drogas”, ele reforçou.

Além de diversos parlamentares vinculados ao esporte, estava presente no plenário da Casa a ex-ministra do Esporte e medalhista olímpica da Seleção Feminina de Vôlei, Ana Moser, além de diversos atletas brasileiros.